

# A MULTIFUNCIONALIDADE E A PLURIATIVIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR COMO ESTRATÉGIAS POTENCIAIS PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL<sup>1</sup>

**José Adolfo Iriam Sturza<sup>2</sup>; Cleonice Alexandre Le Bourlegat<sup>3</sup>; Iolanda Lopes de Oliveira<sup>4</sup>**

## **GT 5 – Desenvolvimento Territorial, Transição Agroecológica e Alimentos**

### **Resumo**

O texto consiste em ensaio teórico que corrobora a importância da agricultura familiar salientando com mais propriedade a multifuncionalidade e a pluriatividade, duas importantes contribuições das unidades familiares de produção. Outro foco de discussão é o desenvolvimento territorial sustentável, almejado pelo planejamento e políticas públicas, em algumas conceituações e caracterização de elementos estruturais. O objetivo geral é analisar aspectos multifuncionais e pluriativos da agricultura familiar valorizando-os como estratégias importantes para o desenvolvimento territorial sustentável. Metodologicamente, obedece a uma revisão de escopo em que se levantou e discutiu um conjunto de publicações contemporâneas que dialogam com a temática abordada e norteia aprofundamento e refinamentos futuros para a pesquisa em andamento. Na seleção de autores e artigos foi utilizada a ferramenta de IA Ai2 ScholarQA e, para a estrutura conceitual teórica dos conceitos explorados, o ChatGPT. Nos resultados explora-se os dois marcos conceituais mais importantes da pesquisa, com a apresentação de concepções de diversos autores, demonstrando as potencialidades e correlações da agricultura familiar com o desenvolvimento sustentável em diferentes territórios. Conclui-se que existem correlações íntimas entre os dois conceitos e, que a agricultura familiar realizada nos territórios, pode empoderar e potencializar o tão almejado desenvolvimento territorial.

**Palavras-chave: Territórios; Produção pluriativa; Desenvolvimento local; Abordagem territorial**

## **1 INTRODUÇÃO**

---

<sup>1</sup> Integra a Pesquisa em andamento “Desafios e Perspectivas da Agricultura Familiar para Transição Agroecológica e Produção Orgânica como estratégias de Desenvolvimento Territorial Sustentável na Região de Campo Grande – Mato Grosso do Sul”, coordenada pelo primeiro autor.

<sup>2</sup> Doutorado em Geografia; Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local/UCDB; Campo Grande, MS, Brasil. E-mail: [jasturzaroo@gmail.com](mailto:jasturzaroo@gmail.com) ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9929-3549>

<sup>3</sup> Doutorado em Geografia; Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local/UCDB; Campo Grande, MS, Brasil. E-mail: [clebourlegat@ucdb.br](mailto:clebourlegat@ucdb.br) ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0814-0334>

<sup>4</sup> Doutorado em Geografia. Pós-doutoranda no Programa de Gestão e Tecnologia Ambiental/UFR; Rondonópolis, MT, Brasil. E-mail: [lopesiolanda@gmail.com](mailto:lopesiolanda@gmail.com) ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-0062-5540>

A agudização das mudanças climáticas tem exigido respostas criativas e resilientes pelos diferentes sistemas agroalimentares locais e regionais. Nesse contexto, a agricultura familiar, por meio da pluriatividade e da multifuncionalidade, tem se destacado como uma estratégia adaptativa e sustentável para famílias, comunidades e regiões.

Este ensaio teórico foi produzido por um motivo central inicial, a importância incontroversa da agricultura familiar, quando se celebra a Década da Agricultura Familiar, estabelecida pela Assembleia Geral das Nações Unidas, para o período de 2019 a 2028. Neste contexto motivacional somam-se o agravamento das mudanças climáticas e “policrises” socioeconômicas com pobreza, fome e desemprego. Morin (1993) define uma “policrise” como conjunto de múltiplas crises interconectadas, onde especialmente os Estados e órgãos internacionais têm criado soluções fragmentadas e setoriais sem respostas efetivas aos problemas existentes.

A outra questão motivadora é a necessidade de um desenvolvimento territorial sustentável nos diferentes territórios escalares (rural e urbano; local e regional) inclusivo, equitativo e participativo, fomentado com bases na agricultura familiar e suas formas potencializadoras da multifuncionalidade e pluriatividade. Estes territórios são a construção social, que expressam em cada momento histórico uma determinada configuração espacial que denominamos patrimônio territorial com suas diferentes dimensões (social, econômica, natural, cultural, institucional, humana e intelectual), resultante de acúmulos, herdados de um passado longínquo ou mais recente (DALLABRIDA, 2020).

O objetivo central do artigo é analisar a multifuncionalidade e a pluriatividade na agricultura familiar, como condições potenciais e promotoras do desenvolvimento territorial sustentável dos territórios. Os dois objetivos específicos básicos que nortearam o ensaio teórico foram: caracterizar a multifuncionalidade e a pluriatividade na agricultura familiar e, apresentar e discutir conceitualmente o desenvolvimento territorial sustentável, a luz das ideias de alguns autores atuais.

O texto está estruturado em duas seções básicas, além da introdução e considerações finais. No item 2 caracteriza-se as múltiplas funções e diversificação de atividades desenvolvidas pela agricultura familiar que refletem a importância da agricultura familiar multifuncional e pluriativa; no item 3 evidencia-se ideias conceituadoras do desenvolvimento territorial sustentável. Ao final, salienta-se alguns pontos conclusivos do texto e as referências.

## 2 AGRICULTURA FAMILIAR E A INTERAÇÃO ENTRE MULTIFUNCIONALIDADE E PLURIATIVIDADE COMO VETORES DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL

A sustentabilidade na agricultura familiar é importante requisito para garantir a continuidade das atividades agrícolas ao longo das gerações. A agricultura familiar desempenha um papel fundamental na preservação dos recursos naturais e na manutenção da biodiversidade, contribuindo para a sustentabilidade ambiental (PREISS; SCHNEIDER, 2020). O uso equilibrado dos recursos naturais e a adoção de práticas agrícolas que minimizem os efeitos negativos no ecossistema são fundamentais para a promoção da sustentabilidade e a segurança alimentar estratégica nos alimentos produzidos localmente (ALTIERI & NICHOLLS, 2017).

A agricultura familiar evidencia diversos desafios, especialmente a pressão por práticas intensivas e a competição desigual com a agricultura patronal empresarial. O desenvolvimento territorial pode ser uma ferramenta eficaz para superar esses desafios, produzindo estratégias proativas para as peculiaridades locais e potencializando a diversificação produtiva (OLIVEIRA *et al*, 2019; LOPES; STURZA, 2022). Neste pormenor, o desenvolvimento territorial na agricultura familiar não apenas enfrenta desafios, mas também oportuniza condições para construir sistemas agrícolas mais sustentáveis e inclusivos.

Para este momento alude-se inicialmente a definição de agricultura familiar normatizada no Brasil para as políticas institucionais, ante a miríade de significados e conceitos atribuídos nas diferentes regiões mundiais e ciências. Como os planos e programas de desenvolvimento territorial são, no caso brasileiro, advindos de políticas de governo, destacamos as definições legais de agricultura familiar. É o caso do conceito de **agricultor familiar**, estipulado na Lei 11.326, de 24 de julho de 2006, que considera

- [...] agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:
- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
  - II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
  - III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
  - IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

Para efeitos da lei consideram-se também agricultores familiares

- “[...] silvicultores que cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes;
- [...] aqüicultores que explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2 ha (dois hectares) ou ocupem até 500m<sup>3</sup> (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede;

[...] extrativistas pescadores que exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e faiscaidores” (BRASIL, 2006).

Para o Censo Agropecuário de 2017 o IBGE obedeceu ao Decreto n. 9.064, de 31 de maio de 2017 que alterou significativamente os itens II e III da Lei 11.326 especificamente no artigo 2º, em relação à definição de família e de estabelecimento, definindo:

II – família - unidade nuclear composta por um ou mais indivíduos, eventualmente ampliada por outros que contribuam para o rendimento ou que tenham suas despesas atendidas pela UFPA [Unidade Familiar de Produção Agrária];

III - estabelecimento - unidade territorial, contígua ou não, à disposição da UFPA, sob as formas de domínio ou posse admitidas em lei. (BRASIL, 2017)

O Decreto n. 9.064, de 31 de maio de 2017 redefiniu legalmente agricultura familiar, no art. 3º, incisos I a IV:

Art.3º A UFPA [Unidade Familiar de Produção Agrária] e o empreendimento familiar rural deverão atender aos seguintes requisitos

I - possuir, a qualquer título, área de até quatro módulos fiscais;

II - utilizar, no mínimo, metade da força de trabalho familiar no processo produtivo e de geração de renda;

III - auferir, no mínimo, metade da renda familiar de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; e

IV - ser a gestão do estabelecimento ou do empreendimento estritamente familiar. (BRASIL, 2017)

As mudanças legais na definição de agricultura familiar para o Censo de 2017, contribuíram muito para a redução nos estabelecimentos de cunho familiar, sendo que 305 mil deles mudaram para a categoria não familiar, especialmente os produtores pobres (DEL GROSSI *et al*, 2019). Soma-se a isso o fator de restrições orçamentárias para a realização da contagem e o percentual maior de renda obtida fora do próprio estabelecimento familiar que contribuíram ainda a citada redução. Nesta questão é importante frisar que mesmo tendo rendas não-agrícolas importantes muitos agricultores pequenos não deixaram de serem pluriativos, gerenciar e residir na propriedade.

Não sendo motivo maior deste texto a discussão e o conceito de agricultura familiar, segue-se a atenção e a ênfase na caracterização da multifuncionalidade e pluriatividade da agricultura familiar, as duas expressões mais significativas e bastante consideradas na literatura

## 2.1 MULTIFUNCIONALIDADE E SEUS IMPACTOS NO TERRITÓRIO

A multifuncionalidade é um conceito bastante explorado, produzido a partir da agricultura familiar, que significa o conjunto de funções específicas desempenhadas pelos agricultores familiares em suas unidades produtivas. Usualmente adota-se a classificação dessas funções em três categorias: funções econômicas, funções ambientais e funções sociais e culturais.

### 2.1.1 Funções econômicas

Ao contrário do modelo neoclássico de maximização do lucro, as propriedades familiares de produção exigem "uma abordagem holística e sistêmica considerando relações estreitas entre a família e a unidade de produção agrícola" (PIETRZAK *et al.*, 2022). Essa estrutura econômica distinta reconhece mantém um equilíbrio entre as necessidades familiares e as metas de produção priorizando, muitas vezes, a sustentabilidade e a viabilidade de longo prazo, em detrimento dos lucros de curto prazo.

A agricultura familiar multifuncional cria valor econômico via diversos caminhos contribuindo para a "empregabilidade rural, geração de renda, abastecimento do mercado interno", paralelo à produção de "culturas diversificadas e produtos heterogêneos" (Souza *et al.*, 2020). Na dimensão econômica desempenham papéis vitais na "criação de empregos e renda por meio da diversificação dentro e fora da fazenda" (BOJNEC, 2021; BOJNEC E KNIFIC, 2021). Em ambientes periurbanos, as propriedades familiares multifuncionais "contribuem para o desenvolvimento econômico das cidades, criando empregos e gerando renda para os agricultores", ao mesmo tempo em que apoiam "o abastecimento de alimentos e o embelezamento ambiental" (HAKIMI, 2022).

Algumas avaliações econômicas da agricultura familiar negligenciam, diversas vezes, sua natureza multifuncional. Como anota Dinis, "muitas vezes, o debate sobre a eficiência das pequenas explorações assenta em considerações económicas (produtividade, rentabilidade) e ignora as outras dimensões/funções da agricultura familiar" (DINIS, 2019). Esse foco estreito economicistas pode conduzir a políticas que "impulsionam a especialização e a consolidação fundiária e comprometem a noção mais holística da agricultura familiar" (DINIS, 2019). A avaliação econômica de serviços multifuncionais apresenta um "desafio não resolvido" que é a inadequação no valor atribuído para cada serviço prestado (MARANGON *et al.*, 2023).

### 2.1.2 Funções ambientais

As funções ambientais da agricultura familiar representam uma dimensão crítica da multifuncionalidade agrícola que se estende muito além da produção de alimentos. A agricultura familiar contribui significativamente para os serviços ecossistêmicos, conservação da biodiversidade e preservação da paisagem natural. Os agricultores familiares são atores indispensáveis na manutenção da sustentabilidade ambiental, equilibrando as necessidades produtivas com devidos cuidados de conservação e preservação dos meios naturais. Os serviços ambientais e ecossistêmicos prestados representam um dos múltiplos propósitos demonstrando, tacitamente, que a agricultura familiar pode servir para enfrentar os desafios das comunidades rurais, contribuindo para a equidade econômica e social (SAITO, 2021).

A agricultura familiar desempenha um papel particularmente importante ao desempenhar essas funções ambientais por meio de atividades produtivas mais sustentáveis e sistemas de produção diversificados que reduzem os impactos ecológicos (MACIEL *et al.*, 2018). Essas contribuições ambientais posicionam a agricultura familiar como crucial na transição de abordagens produtivistas focadas apenas na maximização da produtividade e lucro, para modelos multifuncionais mais resilientes que reconhecem os agricultores como verdadeiros gestores ambientais (ROBINSON, 2018; WILSON, 2001).

As funções ambientais dessa categoria de agricultura abrangem uma série de impactos benéficos nos sistemas naturais e na gestão de recursos, exemplificados pela manutenção do abastecimento de água, sequestro de carbono e outros serviços ecossistêmicos essenciais que beneficiam as comunidades locais e a saúde ambiental global (IKERD, 2014). Os efeitos ambientais, juntamente com os serviços de lazer, representam componentes essenciais da agricultura multifuncional familiar, criando benefícios que vão além dos produtos comercializáveis para incluir bens públicos como água limpa e paisagens preservadas (ATKOCIUNIENE *et al.*, 2014).

### **2.1.3 Funções sociais e culturais**

Entre as diversas funções sociais incluem-se a oferta de empregos, manutenção dos modos de vida, servindo ainda como meios de transmissão cultural e preservação de práticas culturais em todo o mundo (IKERD, 2014). Dessa forma, a agricultura familiar desempenha um papel crucial na manutenção do tecido sociocultural das áreas rurais, preservando os recursos naturais e as paisagens rurais (REMANE, 2015). A importância sociocultural também se expressa na preservação de saberes tradicionais e promoção de atividades como o turismo

rural e a gastronomia regional. Essas atividades fortalecem o capital social e promovem a identidade territorial.

À medida que as áreas rurais evoluem, elas assumem novas funções populacionais, tornando-se residências de famílias também dedicadas a atividades não-agrícolas, fortalecendo assim as estruturas sociais rurais. Por meio dessas funções sociais e culturais, a agricultura familiar atende às necessidades de estilo de vida, segurança alimentar e preservação do patrimônio cultural. A produção de alimentos diversificados e saudáveis, voltados para o consumo local, reforça a segurança alimentar e nutricional, especialmente por meio de circuitos curtos de comercialização, como feiras e mercados institucionais (BARBOSA, 2024).

A agricultura familiar tem ganhado cada vez mais reconhecimento no contexto das estruturas de desenvolvimento sustentável e seus atributos multifuncionais contribuem diretamente para vários Objetivos de Desenvolvimento Sustentável como por exemplo, aqueles relacionados à água potável e saneamento (ODS 6) e à proteção dos ecossistemas terrestres (ODS 15) (CHAO, 2024). As unidades familiares de produção criam meios de subsistência sustentáveis, gerenciando os recursos naturais de forma eficaz e os sistemas ambientais. Isso demonstra como a multifuncionalidade ambiental da agricultura familiar representa não apenas uma abordagem agrícola, mas uma estratégia abrangente para o desenvolvimento rural sustentável que integra a gestão ambiental com objetivos econômicos e sociais.

## 2.2 PLURIATIVIDADE COMO ESTRATÉGIA DE RESILIÊNCIA TERRITORIAL

Kautsky (1970), estudioso da questão agrária afirma que a obtenção de renda não agrícola por camponeses ou agricultores familiares não é uma estratégia moderna, pois há tempo que estes pequenos produtores precisam complementar a renda da produção agrícola com outras rendas. Portanto, a pluriatividade existe de longa data embora surgisse como conceito e noção apenas no século XX, década de 1940, na Europa e, no caso brasileiro, já na década de 1990 atrelada as mudanças no campo e sindicalismo rural de pequenos produtores.

A pluriatividade na agricultura familiar é um conceito já clássico e usual em diferentes pesquisas abrangendo as diversas estratégias adotadas pelas famílias agrícolas para sustentabilidade e permanência no meio rural. Ao contrário da noção tradicional de que os estabelecimentos familiares obtêm sua renda principalmente de atividades agrícolas, pesquisas contemporâneas demonstraram que uma parcela significativa de pequenos produtores familiares se envolve em múltiplas atividades, integrando fluxos de renda não agrícolas. Casos

como estes ocorrem não apenas em países mais pobres com economia essencialmente agrícola, mas também em regiões desenvolvidas como a América do Norte e Europa.

A pluriatividade na agricultura familiar é um fenômeno significativo que influencia as estruturas econômicas e sociais das comunidades rurais que ocorre nas pequenas propriedades familiares. É processo e prática que envolve membros da família agrícola diversificando fontes de renda realizando atividades não agrícolas, inclusive fora da fazenda ao lado da atividade agrícola. Trata-se de uma estratégia para expandir a renda familiar de famílias rurais especialmente quando a renda agrícola for insuficiente para custear as despesas gerando assim maior sustentabilidade econômica. Muitas famílias das pequenas propriedades familiares trabalham em atividades não agrícolas em outras propriedades ou empresas recebendo diferentes rendimentos de acordo com as regiões e tipos de atividades (CRUZ *et al*, 2022). Os autores também caracterizam quantitativamente os rendimentos dessas atividades agrícolas e não agrícolas na pesquisa.

O trabalho pluriativo do agricultor familiar resulta em outros benefícios importantes agregando condições de aprendizado para inovações agrícolas e não agrícolas na propriedade. À medida que as famílias desenvolvem diversas atividades, elas geralmente acessam novas tecnologias, habilidades e redes que podem ser aplicadas no aumento e sustentabilidade da produtividade agrícola. Essa abordagem promove o uso eficiente dos recursos, reduz a dependência de fluxos limitados de renda e incentiva a conservação dos recursos naturais, alinhando-se aos objetivos de desenvolvimento sustentável. (BARBOSA, 2024)

A pluriatividade corresponde à combinação de diferentes atividades agrícolas e não-agrícolas realizadas internamente propriedade familiar na propriedade e outras externas a ela. A pluriatividade se estabeleceu como "parte integrante do bem-estar e do 'modelo de negócios' da agricultura familiar" criando também múltiplas oportunidades de contato entre as famílias agrícolas e as comunidades vizinhas, consolidando os vínculos entre agricultura e comunidade (DUBOIS e CARSON., 2019).

A pluriatividade tem se mostrado uma estratégia fundamental para a reprodução social das famílias rurais, especialmente em diversos contextos de vulnerabilidade socioeconômica. A diversificação contribui para a estabilidade econômica das famílias, libertando da dependência de uma única fonte de renda e aumentando a capacidade adaptativa a crises de diferentes ordens. Além disso, possibilita o empreendedorismo local, o surgimento de cadeias integradas de valor e a fixação da população no campo, combatendo o êxodo rural (BONNAL; MALUF, 2016).

O debate continua sobre a função da pluriatividade demonstrando em opiniões que a tratam como um mecanismo de sobrevivência em resposta à pobreza ou uma simples estratégia

de acumulação de recursos e expansão de renda. Para outros a pluriatividade é um método eficiente para o gerenciamento de recursos que pode ser efetivamente integrado à dinâmica do mercado capitalista (GASCON, 2023)

No esforço de síntese e vislumbrar as correlações entre a agricultura familiar e o desenvolvimento territorial sustentável, observa-se importantes sinergias entre a multifuncionalidade e a pluriatividade gerando um ciclo virtuoso de desenvolvimento territorial. A valorização dos serviços ambientais e culturais da agricultura familiar abre espaço para novas atividades econômicas, enquanto a pluriatividade fortalece a base econômica necessária para manter essas funções (SABOURIN *et al.*, 2021).

Na próxima seção pontuamos e conceituamos o desenvolvimento territorial sustentável a partir de concepções e abordagens de alguns autores contemporâneos, destacando inicialmente a importância do conceito território.

### **3 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL: BREVE CONCEITUAÇÃO E ABORDAGENS ATUAIS**

O território (do grego *territorium* e francês *terroir*) tornou-se um conceito usual, dinâmico e muito utilizado em diferentes ciências desde os naturais até as sociais aplicadas. Cientificamente, adquiriu importante status de uma categoria de análise amplamente aplicada nas ciências humanas, especialmente na geografia, por sua aplicabilidade ao planejamento e à compreensão das dinâmicas espaciais. Segundo Santos (2020), o território é, ao mesmo tempo, conceito e prática social, conhecido como fonte de recursos, palco das relações humanas e um recorte analítico dinâmico que permite interpretação e intervenção na realidade. Essa perspectiva é reforçada por Claval (2008), que entende o território como uma construção social carregada de significados culturais e políticos, moldada pelas interações entre sociedade e espaço.

Ao fundamentar-se na articulação dos atores sociais e na valorização dos recursos endógenos — especialmente aqueles vinculados à agricultura familiar —, o desenvolvimento territorial reafirma o papel do espaço local como eixo estruturante de alternativas socioeconômicas sustentáveis. Essa abordagem contrapõe-se à lógica homogênea imposta pelos processos de mundialização, que tendem a reduzir a diversidade territorial a modelos padronizados, desconsiderando a especificidade dos ecossistemas produtivos e das práticas socioculturais inerentes a cada território (CAMPAGNE & PECQUEUR, 2014).

O desenvolvimento territorial emerge, assim, como uma abordagem estratégica que busca integrar as dimensões econômicas, sociais, culturais e ambientais de uma região. Ribeiro (2021) argumenta que essa abordagem exige uma visão abrangente, que ultrapasse a simples produção agrícola e considere os fatores socioculturais e ecológicos que influenciam a sustentabilidade das práticas locais. Nesse contexto, a pluriatividade e a multifuncionalidade dos agricultores familiares tornam-se elementos-chave para a geração de um desenvolvimento mais resiliente e enraizado no território.

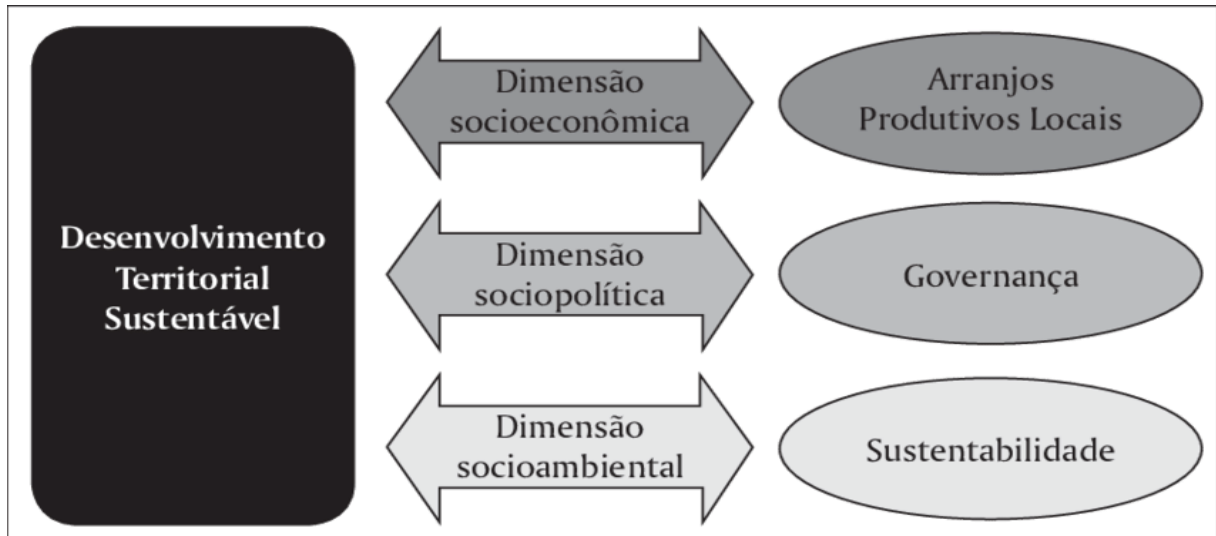
A **dinamização territorial** resulta da articulação entre decisões políticas, ações coletivas e estratégias locais que ativam processos inclusivos e sustentáveis de desenvolvimento. Ranaboldo e Arosio (2017) destacam que esse processo deve estar alicerçado na mobilização do patrimônio local, dos atores territoriais e das comunidades, a fim de garantir a melhoria da qualidade de vida e o bem-estar humano. Pecqueur (2022) complementa essa visão ao introduzir o conceito de “recurso territorial”, enfatizando que o desenvolvimento sustentável depende da valorização das especificidades locais e da capacidade de articulação entre atores diversos.

Denardin (2016) identifica dois pilares fundamentais para o desenvolvimento territorial: os recursos territoriais — tangíveis e intangíveis — e os atores sociais — públicos, privados ou associativos — que atuam na construção de estratégias locais. Dallabrida (2020) denomina esse conjunto de elementos como “patrimônio territorial”, ou seja, o acúmulo de ativos materiais e imateriais construídos e reconstruídos ao longo dos processos socioeconômicos e culturais. Büttenbender *et al.* (2022) reforçam essa abordagem ao propor uma leitura multidimensional do território, que considera a dimensão produtiva articulada às demais dimensões sociais e ambientais, como base para a formulação de políticas públicas eficazes.

A seguir, apresenta-se uma breve evolução do conceito de desenvolvimento territorial sustentável apresentada em distintos momentos temporais e epistemológicos (no sentido constitutivo e componentes conceituais adicionados), com foco no período de 2010 a 2024.

A Figura 1 apresenta uma constituição sintética do conceito desenvolvimento territorial sustentável apropriado e aplicado em pesquisa para escala microrregional da microrregião do Alto Vale do Itajaí, Santa Catarina (MENEZES E VIEIRA, 2010).

Figura 1 - Estrutura conceitual do enfoque do desenvolvimento territorial sustentável



Fonte: MENEZES E VIEIRA (2010, p. 231)

Na concepção acima, o desenvolvimento territorial sustentável correspondia as interfaces de três dimensões: socioeconômica, sociopolítica e socioambiental, denotando um tipo de desenvolvimento sistêmico. Nesta abordagem o conceito agrega e mobiliza os conceitos-chave de arranjos ou sistemas produtivos locais, governança e sustentabilidade, direta e respectivamente correspondentes as três dimensões citadas. Nesse caso, o enfoque central da concepção se adequa ao planejamento e gestão em que as interfaces podem sinalizar para um desenvolvimento mais integrado (MENEZES E VIEIRA, op. cit.).

No intuito de exemplificar a evolução mais recente do conceito, relacionamos no Quadro 1 algumas contribuições teóricas e conceituais, em ideias selecionadas de alguns pesquisadores contemporâneos da temática.

Quadro 1 - Contribuições recentes de alguns autores ao conceito Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS)

Ano(s)	Contribuição Teórica	Referência
2016	Abordagem territorial do ecodesenvolvimento. Políticas públicas integradas com iniciativas da sociedade civil, e foco em economia solidária e agroecologia.	BONNAL E MALUF (2016)
2017	Integração entre bioeconomia e desenvolvimento territorial sustentável. Biodiversidade vista como vetor de desenvolvimento local ecologicamente responsável.	ABRAMOVAY (2017)
2018	Conceito de “recursos territoriais específicos” e valorização de ativos culturais, ambientais e sociais que geram vantagens competitivas nos territórios.	PECQUEUR (2022)

2020	Resiliência territorial no contexto de pandemia de COVID-19. Territórios de governança participativa e sistemas produtivos diversificados e mais adaptados.	FAVARETO E COELHO (2020)
2023	Transição ecológica nos territórios: <i>frameworks</i> integrados de avaliação com indicadores econômicos, sociais, ambientais, culturais e políticos.	ROQUE ET AL (2023)

Fonte: elaborado pelos autores.

Percebem-se importantes conceitos e contribuições teóricas incorporadas nas pesquisas mais recentes dos autores citados acima, construídas e exigidas para melhor contextualizar o desenvolvimento multidimensional de diferentes territórios e escalas, sob a perspectiva da sustentabilidade. Sem aprofundar-se na discussão destes outros conceitos, é possível afirmar que eles também podem colaborar nas pesquisas da agricultura familiar em especial aquelas que tratam das conexões ativas desta com o desenvolvimento territorial sustentável.

Na tentativa de identificar pontos de correlação mais íntimos da agricultura familiar com o desenvolvimento territorial sustentável, apresentamos no Quadro 2 alguns ativos territoriais<sup>5</sup> e recursos territoriais<sup>6</sup> na agricultura familiar que podem potencializar processos de desenvolvimento e sustentabilidade nos territórios.

Quando 2 - Recursos e Ativos Territoriais na Agricultura Familiar Promotores do Desenvolvimento Territorial Sustentável

<b>Recurso e/ou Ativo Territorial</b>	<b>Contribuição para o Desenvolvimento Territorial Sustentável</b>
<b>Saber-fazer local</b>	Valoriza conhecimentos tradicionais e técnicas adaptadas ao ecossistema local, promovendo práticas agrícolas resilientes e sustentáveis.
<b>Patrimônio cultural</b>	Fortalece a identidade territorial, atraindo turismo cultural, gerando renda e preservando tradições.
<b>Biodiversidade e paisagem</b>	Conserva recursos naturais e promove serviços ecossistêmicos, como polinização e regulação climática.
<b>Produtos típicos e de qualidade</b>	Gera valor agregado por meio de diferenciação territorial (ex: IGS), incentivando circuitos curtos de comercialização e consumo consciente.
<b>Organizações coletivas (cooperativas, associações)</b>	Facilitam a governança territorial, com inclusão social e fortalecimento da capacidade de negociação dos agricultores.

<sup>5</sup> **Ativos territoriais** são elementos já usados em um território, aplicados na produção de bens ou serviços. Eles podem ser tangíveis (por exemplo infraestrutura, localização geográfica, recursos naturais) ou intangíveis (por exemplo identidade cultural, capital social, saberes locais) (DALLABRIDA, 2016).

<sup>6</sup> **Recursos territoriais**, representam potenciais naturais, sociais ou culturais ainda não plenamente utilizados ou organizados, ou seja, recursos são fatores a revelar, a desenvolver ou a organizar com estratégias específicas. (DALLABRIDA, 2016).

<b>Infraestrutura local (feiras, agroindústrias, estradas)</b>	Agiliza o escoamento da produção e o acesso aos mercados, racionalizando tempo e custos e reduzindo desigualdades territoriais.
<b>Serviços ambientais e sociais</b>	Adotam práticas agroecológicas, reflorestamento e ações comunitárias que promovem bem-estar coletivo e sustentabilidade ambiental.
<b>Turismo rural e pedagógico</b>	Diversifica a renda, valoriza o território e sensibiliza visitantes sobre práticas sustentáveis e cultura local.
<b>Capital social e redes de confiança</b>	Estimula a cooperação entre atores locais, essencial para a construção de projetos coletivos e duradouros.
<b>Governança territorial</b>	Coordena ações entre atores públicos, privados e associativos, garantindo coerência e continuidade nas estratégias de desenvolvimento.

Fonte: elaborado pelos autores a partir de MOLLARD (2005); CAZELLA *et al.* (2019) e PECQUEUR (2005 e 2022).

Os conceitos discutidos no texto até aqui, refletidos com a revisão de publicações e pesquisadores mais contemporâneos sobre o assunto, atribuem e permitem acenar, com certa propriedade, para importantes ligações teóricas e metodológicas entre a agricultura familiar e o DTS. Desse modo, anunciam-se grandes possibilidades de empoderamento dos atores territoriais e, desenvolvimento e manutenção do patrimônio territorial, chegando-se a este tipo específico e esperado desenvolvimento.

#### 4. CONCLUSÃO

A relação entre pluriatividade e desenvolvimento territorial sustentável revela-se potencializada quando políticas públicas apoiam estratégias diversificadas de geração de renda no meio rural. Ao criar um ambiente institucional favorável, os formuladores de políticas podem aprimorar os meios de subsistência, fortalecer economias locais e aprimorar a gestão integrada dos territórios rurais. Em última instância, a pluriatividade atua como catalisador do desenvolvimento territorial abrangente, estimulando as comunidades a prosperarem em contextos socioambientais crescentemente complexos.

A agricultura familiar supera o estatuto de mera categoria produtiva ao se constituir num sujeito político e cultural capaz de promover o desenvolvimento territorial sustentável. Suas contribuições que representam estratégias, podem ser sintetizadas em quatro dimensões fundamentais:

- Integração de produção, cultura, ecologia e inovação social;
- Resiliência e adaptabilidade diante de crises;
- Potencial pluriativo de desenvolvimento de atividades adaptadas a propriedade familiar;

- Multifuncionalidade que ultrapassa a lógica estritamente mercadológica, contribuindo diretamente para o bem-estar territorial.

As características e desafios peculiares dos agricultores familiares reforçam a necessidade de políticas públicas que valorizem a sua diversidade, a autonomia e o protagonismo como atores centrais do desenvolvimento territorial.

O desenvolvimento territorial sustentável deve ser concebido como processo endógeno, participativo e integrado, baseado na valorização das especificidades locais e na articulação entre diferentes escalas de ação. Nesse sentido, a apropriação racional dos recursos disponíveis em unidades territoriais delimitadas por identidades socioculturais é fundamental.

Finalmente, a dimensão sistêmica do desenvolvimento territorial sustentável transcende a mera ótica econômica, incorporando equidade social, sustentabilidade ambiental, preservação cultural e participação política. Essa perspectiva enxerga o território como sistema socioecológico complexo, modelado por fatores históricos, culturais e institucionais. No âmbito da agricultura familiar, a promoção de sistemas alimentares locais, de processos de desenvolvimento endógeno e do fortalecimento da coesão territorial revela-se essencial para salvaguardar conhecimentos, práticas, tradições e biodiversidade, além de fomentar o sentimento de pertencimento, elevar a qualidade de vida rural e aprimorar a governança local.

Os pontos conclusivos e a própria temática aqui trabalhada não esgotam o assunto pelo contrário, necessitam de aprofundamentos futuros para ofertar melhores e mais argumentos concretos e práticos da intrincada relação entre a agricultura familiar e o desenvolvimento de territórios plenamente sustentáveis.

## Agradecimentos

À FUNDECT/MS, pela Bolsa Pesquisador DCTR e ao CNPq, pelo auxílio financeiro referente à chamada FUNDECT/CNPq N° 03/2024 - PDCTR-MS concedidos ao Dr. José Adolfo Iriam Sturza.

## Referências

ABRAMOVAY, R. **Integração entre bioeconomia e desenvolvimento territorial sustentável: valorização da biodiversidade brasileira.** *Texto para discussão*, Instituto de Energia e Ambiente. Universidade de São Paulo, 2017. Disponível em <https://wp.ufpel.edu.br/ppgdtsa/files/2014/10/Texto-Abramovay-R.-Agricultura-familiar-e-desenvolvimento-territorial.pdf> Acesso em: 15 jun. 2025.

ALTIERI, M. A.; NICHOLLS, C. I. The adaptation and mitigation potential of traditional agriculture in a changing climate. **Climatic Change**, v. 140, p. 33–45, 2017.

DOI: <http://doi.org/10.1007/s10584-013-0909-y>

ATKOCIUNIENE, V.; PETRULINE, D. Impact of Multifunctional Agriculture on Territorial Competitiveness: Theoretical Approach. **Economics and Rural Development**. Vol.10, No.2, p. 7-15, 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.15544/erd.2014.007>

BARBOSA, F. R. G. M.; LIMA, J. F. Abordagens teóricas sobre resiliência. **Revista Baru**, v. 10, n. 1, p. 1–20, 2024. DOI: <https://doi.org/10.18224/baru.v10i1.13193>.

BARBOSA, L. F. Pluriatividade e multifuncionalidade na agricultura familiar: uma análise descritiva e espacial no Rio Grande do Norte. **Revista Ciência e Sustentabilidade**, v. 8, n. 2, p. 49–64, 2024. DOI: <https://doi.org/10.56837/ces.v8i2.1288>

BOJNEC, Š.; FERTŐ, I. The growth of farms: a Hungarian-Slovenian comparison, **Post-Communist Economies**, 33 (1):79-93, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1080/14631377.2020.1727265>

BOJNEC, Š.; KNIFIC, K. Farm Household Income Diversification. **Sustainability**, 13(11), 6341, p. 2-16, 2021. DOI: <https://doi.org/10.3390/su13116341>

BONNAL, P.; MALUF, R. S. Políticas de desenvolvimento territorial e multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil. **Política e Sociedade**, 8 (14): p. 211-250. 2009.

BONNAL P.; MALUF, R, S. Políticas de desenvolvimento territorial e a multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil. In: **COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL**, Santa Catarina, Brasil, 22 a 25 de agosto de 2007. UFSC. s.l.: s.n., 27p

Disponível em <http://www.cidts.ufsc.br/articles/Bonnal-Maluf-Coloquio-Floripa.pdf> Acesso em: 15 Mai 2025.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. **Estabelece as diretrizes para a Política Nacional da Agricultura Familiar**. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm) . Acesso em: 01 Abr. 2025.

BRASIL. Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017. **Institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9064.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9064.htm) . Acesso em: 01 Abr. 2025.

BÜTTENBENDER, P. L., BARTOLI, E., MENEZES, E. C. DE O., ZAMBERLAN, C. O., Covas, A. M. A.; HENZEL, M. E. Abordagem territorial do desenvolvimento: referências teórico-metodológicas da dimensão produtiva. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, 18 (1). 2022. <https://doi.org/10.54399/rbgr.v18i1.6522>

CAMPAGNE, P.; PECQUEUR, B. **Le développement territorial. Une réponse émergente à la mondialisation**. Paris: Charles Léopold Mayer, 2014.

DOI: <https://doi.org/10.4000/tem.3325>

CHAO, K. Family farming in climate change: Strategies for resilient and sustainable food systems. **Heliyon**. V. 10, N. 7, e28599, April 15, 2024.

DOI: <http://doi.org/10.1016/j.heliyon.2024.e28599>

CLAVAL, P. Espace et territoire. Les bifurcations de la science régionale. **Géographie, Économie et Société**, Vol. 10, N. 2, p. 157-184, 2008. DOI:

<https://doi.org/10.3166/ges.10.157-184>

CRUZ, M. P. M. *et al.* Diferenciais de rendimentos entre atividades agrícolas e não agrícolas no meio rural nordestino. **Economia Aplicada**, v. 26, n. 1, pp.201-231, 2022. DOI:

<http://doi.org/10.36810/rde.v2i43.6018>

DALLABRIDA, V. R. Ativos territoriais, estratégias de desenvolvimento e governança territorial: uma análise comparada de experiências brasileiras e portuguesas. **EURE** (Santiago), Santiago, v. 42, n. 126, p. 187-212, May 2016. DOI:

<http://dx.doi.org/10.4067/S0250-71612016000200009>

DALLABRIDA, V. R. Território e governança territorial, patrimônio e desenvolvimento territorial: estrutura, processo, forma e função na dinâmica territorial do desenvolvimento. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, 16 (2). pp. 63-78, 2020.

Disponível em <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/5395/933> Acesso em: 20 Abr. 2025.

DEL GROSSI, M. *et al.* Comunicação de pesquisa: delimitando a agricultura familiar nos censos agropecuários brasileiros. **Revista NECAT**, v. 8, n. 16, 2019. Disponível em

<https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/revistanecat/article/view/4315> Acesso em: 15 Mai 2025.

DENARDIN, V. F. Desenvolvimento territorial e estratégias de valorização da origem de bens alimentares. In: WILKINSON, J.; MASCARENHAS, G. C. C. (org). **O sabor da origem**. Porto Alegre: Escritos do Brasil, p. 51-72, 2016.

DINIS, I. The Concept of Family Farming in the Portuguese Political Discourse.

**Social Sciences**, July 8 (7): 213, 2019.

DOI: <http://doi.org/10.3390/socsci8070213>

DUBOIS, A.; CARSON, D. Die hard: On the persistence of Swedish upland farming. **Journal of Rural Studies**, 69, pp. 41–52, 2019. DOI: <http://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2019.04.010>

FAVARETO, A. A dimensão territorial do desenvolvimento brasileiro recente e os vetores de uma transição ecológica nos marcos da agenda 2030.

**Informe GEPEC**, 23:172-190. July 2019.

DOI: <http://doi.org/10.48075/igepec.v23i0.22752>

GASCON, J. Understanding Agritourism: A Chayanovian analysis. **Annals of Tourism Research**, 103(103):103674. 2023. DOI: <http://doi.org/10.1016/j.annals.2023.103674>

HAKIMI, F. Assessing Multifunctionality and Sustainability of Peri Urban Farming: A Case Study in The Casablanca Metropolitan Area (Morocco). **International Journal of Horticulture, Agriculture and Food Science (IJHAF)**, Vol. 6, N. 2, Mar-Apr, 2022,

DOI: <https://dx.doi.org/10.22161/ijhaf.6.2>

IKERD, J. Multifunctionality: A new future for family farms. *Journal of Agriculture, Food Systems, and Community Development*, Vol. 5, N. 1, pp. 11–13, 2014.  
<http://dx.doi.org/10.5304/jafscd.2014.051.016>

KAUTSKY, K. **La cuestión agraria**. París: Ruedo Ibérico, 1970. Disponível em [https://resistir.info/livros/kautsky\\_questao\\_agraria.pdf](https://resistir.info/livros/kautsky_questao_agraria.pdf) Acesso em 20 Mai. 2025.

LOPES, K.; STURZA, J. A. I. Análise ponderada de impacto ambiental (APOIA-NOVORURAL) em agricultura familiar no município de Mineiros-GO. *Revista Gestão e Sustentabilidade Ambiental*, v. 11, p. 275-294, 2022.  
<http://dx.doi.org/10.59306/rgsa.v11e32022275-294>

MARANGON, F.; BERTOSSI, A.; TROIANO, S. Valuing for sustainability: hidden costs and benefits in multidimensional agriculture. *Italian Review of Agricultural Economics (REA)*, Vol. 78, N. 2: 53–65. DOI: <https://doi.org/10.36253/rea-14613>

MENEZES, E. C. O.; VIEIRA, P. H. F. Aglomeração industrial, governança e meio ambiente: conceitos e premissas da abordagem do desenvolvimento territorial sustentável. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 24, p. 101-118, jul./dez. 2011. Editora UFPR, v. 9, n. 16, 2010. DOI: <https://doi.org/10.5380/dma.v24i0.20765>

MOLLARD, A. Le “panier de biens” des Baronnies. Comment valoriser les qualités spécifiques d’un territoire. *Revue Paysans*, n° 293, p. 47-54, 2005.

MORIN, E. For a Crisiology. *Industrial & Environmental Crisis Quarterly* Vol. 7, No. 1, pp. 5-21, 1993. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/26162559> Acesso em: 15 Mai. 2025.

OLIVEIRA, I. L. de *et al.* A multifuncionalidade e a pluriatividade na agricultura familiar: estudo no assentamento zumbi dos palmares – Dom Aquino/MT. *Revista Estudos Geográficos*. Rio Claro, v. 13 (0): p. 94-111, jan./jun. 2015.  
<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo> Acesso em: 20 mar. 2025.

PECQUEUR, B. O recurso territorial. In: PIRES, E. L. S. (org.). **Governança de territórios**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2022.

PECQUEUR, B. The territorial resource, an opportunity for local development in the South. *Journal of Rural and Community Development*, Vol. 17 No. 2, 41–53, 2022. Disponível em: <https://journals.brandonu.ca/jrcd/article/view/2093> Acesso em: 15 Jun. 2025

PIETRZAK, M.; ZIĘTARA, W. Beyond the Black Box: towards a systems theory of farming family and family farm. *Zagadnienia Ekonomiki Rolnej/ Problems of Agricultural Economics*, 370(1), 42–8, 2022. DOI: <http://doi.org/10.30858/zer/143079>

PREISS, P. V.; SCHNEIDER, S. **Sistemas alimentares no Século XXI**. Porto Alegre: UFRGS, 2020. Disponível em <http://hdl.handle.net/10183/211399> Acesso em: 10 Jun. 2025.

REMANE, M. A. Multifuncionalidade de agricultura familiar no Distrito de Chibuto. **Revista Tamoios**, São Gonçalo, v. 11, n. 2, p. 159-176, 2016. DOI: <http://doi.org/10.12957/tamoios.2015.20807>

ROBINSON, G. New frontiers in agricultural geography: Transformations, food security, land grabs and climate change. **Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles**. 78, 1-48, 2018. DOI: <http://doi.org/10.21138/bage.2710>

ROQUE, A. P.; FROEHLICH, J. M.; SACCO DOS ANJOS, F.; CALDAS, N. V. Desenvolvimento Territorial em Perspectiva: Governança Territorial e Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST) na Literatura Brasileira. **Desenvolvimento em Questão**, v. 22, n. 61, 2024. DOI: <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2024.61.16035>

SABOURIN, E. *et al.* **A ação pública de adaptação da agricultura à mudança climática no nordeste semiárido brasileiro**. Rio de Janeiro: E-papers Serviços Editoriais Ltda, 2021. DOI: <http://doi.org/10.48207/9786587065250>

SANTOS, M. **A natureza do espaço - Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4ª. Ed, São Paulo: EdUSP, 2020.

SOUZA, A. B.; FORNAZIER, A.; DELGROSSI, M. Local food systems: potential for new market connections for family farming. **Ambiente & sociedade**. V. 23, October 2020. DOI: <http://doi.org/10.1590/1809-4422asoc20180248r2vu202015ao2020>

SOUZA, C. M. M.; MELO, B. J.; GOMES, A. de M. Desenvolvimento sustentável e resiliência. **Redes**, v. 26, p. 1–25, 2021. <https://doi.org/10.17058/redes.v26i0.16759>

WILSON, G. A. “From productivism to post-productivism ... and back again? Exploring the (un)changed natural and mental landscapes of European agriculture.” **Transactions of the Institute of British Geographers**. V. 26, N. 1, pp. 77-102., 2002. DOI: <https://doi.org/10.1111/1475-5661.00007>.